

História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

de Oliveira Pátaro, Cristina Satiê; Mezzomo, Frank Antonio
Religião, política e juventude: uma relação de aproximação e ressignificação
História Unisinos, vol. 17, núm. 2, mayo-agosto, 2013, pp. 189-194
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866792006>

Notas de Pesquisa

Religião, política e juventude: uma relação de aproximação e ressignificação

Religion, politics and youth: Relations of approach and reinterpretation

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro¹
crispataro@gmail.com

Frank Antonio Mezzomo²
frankmezzomo@gmail.com

Juventude, política e religião: contextualizando o problema

O objetivo desse texto é trazer algumas discussões referentes à pesquisa³ cujo enfoque se encontra na intersecção entre as temáticas da juventude, da religião e da política articulando-se, sobretudo, os campos da Educação, Psicologia, História e Sociologia. A investigação, que se encontra em desenvolvimento e conta com apoio do CNPq, parte de uma perspectiva interdisciplinar e está vinculada ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, tendo como objetivo investigar o modo como os sujeitos jovens vêm significando suas vivências ao longo dessa etapa da vida – em especial no contexto das articulações entre a religião e a política.

Compreende-se a juventude como uma categoria delimitada por critérios culturais, sociais e históricos, levando-se em conta as especificidades e a diversidade desses sujeitos. Nesse sentido, trabalha-se com a noção de *juventudes*, no plural, na medida em que se reconhecem os diferentes modos de ser jovem na sociedade contemporânea (Dayrell, 2002, 2003). Adotamos ainda a delimitação dada por Sposito (2003), a qual reconhece a dificuldade de uma definição da categoria juventude que compreenda a particularidade de todos os sujeitos, e acaba por realizar um recorte que inclui na definição ampla de juventude tanto os adolescentes (15 a 19 anos) quanto os jovens propriamente ditos (20 a 24 anos)⁴. Desse modo, a despeito das diferentes conceituações com relação ao termo aqui em questão (Freitas, 2005), entendemos a adolescência como período inicial da juventude, esta vista como uma categoria mais abrangente.

¹ Professora do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo.

² Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do curso de História da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão.

³ Pesquisa em andamento (2011-2013) intitulada "Juventude, religião e política: compreensão das representações político-religiosas na campanha eleitoral", desenvolvida com apoio do CNPq (Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES 07/2011) e coordenada por Cristina Satiê de Oliveira Pátaro.

⁴ Em trabalho mais recente, Sposito *et al.* (2009) estabelece como critério para a juventude a idade de 15 a 29 anos, ressaltando as imprecisões e o caráter instável da delimitação etária para a juventude. Compreendemos, portanto, que o critério etário deve ser associado a outros elementos socioculturais para a caracterização da juventude.

Quanto às inter-relações entre juventude e política, a literatura vem indicando um distanciamento por parte dos jovens do que se comprehende tradicionalmente pela participação política, especialmente daquela atrelada à institucionalidade do Estado. Observa-se, por outro lado, o surgimento de novas estratégias de participação e engajamento político dos jovens – conselhos de juventude, redes sociais, fóruns, etc. – além de novas pautas políticas, relacionadas tanto a questões universais (consciência planetária) quanto ao cotidiano da juventude, tais como o mundo do trabalho, o lazer, a ação solidária, a violência (Müxel, 1997; Fernandes, 2007; Boghossian e Minayo, 2009). De acordo com Abramo (1997), os jovens não têm sido vistos pelos agentes políticos como possíveis interlocutores, sendo desqualificadas suas demandas, bem como sua capacidade de atuação pública, de representação e de mobilização. Ainda que haja projetos e programas voltados para a juventude, os jovens acabam não sendo ouvidos como sujeitos capazes de participar, de modo que sua opinião é vista como a de um sujeito externo, observador e, portanto, qualitativamente inferior àquela opinião que se constrói por meio da participação (Abramo, 1997; Minayo, 1999). Com base em tais discussões, faz-se oportuno indagar acerca da (in)visibilidade dos jovens durante a campanha eleitoral para o legislativo de Campo Mourão em 2012. Ademais, a compreensão das representações dos jovens pode trazer importantes elementos para as discussões aqui indicadas quanto às relações entre juventude e política.

Ainda no rol das produções acadêmicas sobre juventude, diferentes autores indicam que a variável religião tem sido pouco considerada na compreensão do perfil dos jovens no país (Tavares e Camurça, 2004; Sposito *et al.*, 2009). Não obstante, se, por um lado, afirma-se que o jovem vem se distanciando das formas tradicionais da política, por outro lado, evidencia-se uma intensa influência do campo religioso na constituição da identidade desses sujeitos. Nesse sentido, Perez *et al.* (2004), em pesquisa realizada junto a 3.880 jovens pertencentes ao denominado Polo Capital de Minas Gerais, identificam que a religião apresenta-se como um valor central (56,4%), ao lado da família (79,8%) e do trabalho (57,6%), estando à frente do valor atribuído à escola (50,9%) e aos amigos (42,5%). Desse modo, diante da relevância que assume na vida dos jovens, a religião não se constituiria como um viés para investigação de uma possível articulação entre a política e a juventude?

O campo religioso brasileiro sofreu profundas transformações nas últimas décadas. A redemocratização do Brasil com o fim do regime militar, a consolidação da liberdade religiosa, a pluralização do cenário religioso e a diminuição de fiéis da Igreja Católica (Neri e Melo, 2011)

contribuíram decisivamente para transformar as relações dos grupos religiosos entre si com a política partidária e com o Estado. A acelerada expansão numérica dos evangélicos e o retraimento estatístico das religiões tradicionais compõem parte do cenário cultural a denotar flagrante mudança na ressignificação simbólica e na estruturação eclesiástica. Uma variante interessante desta recomposição é a dilatação das fronteiras entre os campos político e religioso. Conforme estudos já produzidos (Buriti, 2011; Oro, 2001; Mariano, 2005; Freiston, 2005; Machado, 2006; Camurça, 2008), é ponto pacífico que, principalmente nas duas últimas décadas, a cada nova eleição que ocorre no país – majoritárias ou proporcionais – assiste-se à presença de candidatos a cargos eletivos que reivindicam e afirmam a sua condição de agentes ou líderes religiosos, sejam eles fiéis engajados, pastores, padres, pais-de-santo ou outro, de membros de instituições religiosas que expõem abertamente os seus vínculos religiosos por ocasião da campanha eleitoral (Campos, 2010). Também já é aceito o fato dos candidatos em geral a cargos eletivos aproximarem-se de grupos religiosos, sobretudo das igrejas evangélicas, dos afro-brasileiros e dos espíritas, nos períodos que antecedem as eleições. De acordo com Mariano (2009), a pecha de religião quietista transformou-se no lema corporativo de que “irmão vota em irmão” dando origens às bancadas evangélicas no Congresso e nas Assembleias Legislativas Estaduais.

A esse respeito, Buriti (2001a, 2008) afirma que não se pode mais ignorar a visibilidade pública das religiões na cena contemporânea. Quer no plano da cultura e do cotidiano, quer no da esfera pública e da política, os atores religiosos movimentam-se e trazem a público sua linguagem, seu *ethos* e suas demandas nas mais diversas direções (Buriti, 2008). É, pois, nesse contexto brasileiro e afinado com estas implicações teóricas que se busca pensar a configuração do campo religioso e político nas eleições de Campo Mourão e, especificamente, como tais articulações entre religião e política se apresentam e são representadas pelos jovens eleitores.

As compreensões epistemológicas aqui apresentadas levam-nos a entender que as articulações entre juventude, religião e política não formam uma síntese, nem mesmo se sobrepõem, e que as interconexões desses campos são permeadas por processos de (re)significação e reordenamento diante das representações construídas pelos sujeitos e instituições envolvidos. Assim, concordamos com Fernandes, ao afirmar que “[...] a melhor conduta metodológica ao estudar as interfaces entre a religião, juventude e participação sociopolítica é aquela na qual o pressuposto da apatia dos jovens é abandonado e a lente que usamos para analisar a religião a perceba como geradora de sentido” (Fernandes, 2007, p. 162).

Nos últimos anos, a temática da juventude vem ganhando especial relevância, retornando como foco das produções científicas após um período de ausência no cenário acadêmico nacional (Abramo, 1997). A busca pela compreensão acerca das vivências e preocupações dos sujeitos jovens na sociedade contemporânea deve-se às novas delimitações e novos desafios impostos ao âmbito do trabalho, da política, da religião, da escola, esferas que afetam particularmente os jovens – que vivenciam mais diretamente todo esse processo (Peralva e Sposito, 1997). Tais considerações justificam a relevância dos estudos que se voltam para a compreensão da juventude na contemporaneidade, o que se constitui como o enfoque da investigação que ora tematizamos.

A despeito da intensificação da produção acerca da juventude no país, pode-se identificar uma lacuna quanto a pesquisas que tematizam as intersecções entre juventude e religião (Tavares e Camurça, 2004; Fernandes, 2007, 2011). Em levantamento acerca da produção sobre o tema da juventude, referente às teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação no Brasil das áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social no período de 1999 a 2006, Sposito *et al.* (2009) verificam que os estudos sobre juventude e religião são ainda incipientes, tendo sido identificados apenas 15 trabalhos acerca dessa temática, oriundos de diferentes Programas de Pós-Graduação. Pouco destaque também é dado, sobretudo na área da Educação, para a relação entre juventude e política, especialmente no que tange às investigações que buscam compreender os significados atribuídos pelos jovens, bem como suas orientações, valores e comportamentos relacionados às diversas dimensões da política (Sposito *et al.*, 2009). Por outro lado, podemos encontrar alguns estudos voltados para as articulações entre juventude, política e religião que merecem destaque, e indicam a relevância destas discussões para a compreensão da juventude no cenário contemporâneo (Novaes, 1994, 2001; Steil *et al.*, 2001; Perez *et al.*, 2004; Hammes, 2005; Fernandes, 2007, 2011).

Ao abordar questões relacionadas à religião e à política nos estudos sobre juventude, a pesquisa que temos desenvolvido ensaiava iniciativas no sentido de chamar a atenção para o aspecto de que a compreensão da sociedade, das lógicas de poder, das estruturas sociais, das definições das identidades passa pelas interferências e imbricações próprias do campo religioso sobre/com o campo político. Não se trata de indagar se a religião está de volta ou se está ocorrendo um processo de (des)encantamento do mundo, mas – e aqui se recorre às discussões levantadas por Burity (2001a) – de explorar a conjugação do aprofundamento da religião com prática pessoal e desprivatização da religião como força social e política. Se há alguma volta aqui, para efeito de discussão, é da religião à esfera pública, uma

penetração ou reabertura dos espaços públicos – institucionalizados ou não – à ação organizada de grupos e organizações religiosas, e não tanto um reavivamento da adesão religiosa, que teria quase desaparecido, regressando à esfera da cultura.

A pesquisa em desenvolvimento

Essa pesquisa assume o caráter de investigação qualitativa (Ludke e André, 1986; Triviños, 1987; Bogdan e Biklen, 1994; Valles, 1999), cujo enfoque recai primordialmente sobre os processos (em lugar do produto) e na qual a coleta de dados, predominantemente descritivos, faz-se diretamente no/do ambiente natural e social. Nesse sentido, a preocupação do pesquisador volta-se para o significado que os sujeitos atribuem à realidade, e a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

No entendimento de Valles (1999), a investigação qualitativa caracteriza-se pela flexibilidade, de modo que as estratégias e os instrumentos metodológicos apenas se consolidam a partir do contato do pesquisador com a realidade investigada. Isso permite que as pesquisas, mesmo preservando características de métodos tradicionais de investigação (definição de problema e hipóteses, coleta e análise de dados, etc.), preservem a possibilidade de alteração dos instrumentos durante o processo de coleta de dados e de novas possibilidades de análise. Além disso, comprehende-se que existe um *continuum* entre os instrumentos quantitativos e qualitativos, o que permite uma maior riqueza para a pesquisa e suas análises. Por esse motivo, a investigação qualitativa é inherentemente *multimétodo*, combinando diferentes estratégias, materiais e perspectivas em um só estudo (Denzin e Lincoln *in* Valles, 1999).

Especificamente quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa está sendo desenvolvida observando duas frentes, que serão abordadas na sequência. Uma delas consiste na investigação do processo de construção das representações político-religiosas ao longo da campanha eleitoral. A segunda frente enfoca o modo como os jovens vinculados a instituições religiosas comprehendem e ressignificam as representações construídas.

(a) Processo de construção das representações político-religiosas

O desenvolvimento dessa fase da pesquisa está organizado em diferentes etapas. Na primeira etapa, a fim de verificar os candidatos que fazem uso de elementos religiosos como estratégia de campanha, foram coletados os materiais produzidos durante a campanha eleitoral, tais

como: panfletos; “santinhos”; programas transmitidos em horário eleitoral obrigatório; *jingles*; reuniões e alianças tácitas e/ou explícitas dos candidatos com os eleitores, com as entidades de classes e com as instituições religiosas; notas e moções de apoio de instituições religiosas; entrevistas ou informes publicados na imprensa local e regional fazendo menção às candidaturas que manifestaram vínculos com as religiões.

Com base no levantamento dos candidatos ao legislativo municipal que mantinham vínculos com as instituições religiosas e/ou que faziam uso de representações fundamentadas em elementos religiosos como estratégia de campanha, foram identificados e selecionados 10 candidatos vinculados às seguintes religiões: Assembleia de Deus, Igreja Presbiteriana Renovada, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Universal do Reino de Deus. Para a identificação dos candidatos, foram observados os seguintes critérios: apoio explícito da instituição ao candidato; vínculo efetivo do candidato com a religião; recorrência na utilização das representações político-religiosas durante a campanha.

A partir dos materiais coletados, a segunda etapa consistiu na realização de entrevista semiestruturada com cada um dos candidatos identificados, que demonstraram fazer uso dos elementos religiosos como estratégia de campanha. As entrevistas, realizadas no período que antecedeu a eleição, buscaram conhecer as expectativas do candidato, sua trajetória individual, os apoios recebidos, a concepção de política, as possibilidades de interlocução com o público jovem e as estratégias de campanha utilizadas. Importante destacar que se procurou abordar as particularidades que cada candidato imprimia à sua narrativa em torno das imbricações entre religião e política, de forma a compreender o entrelaçamento da trajetória pessoal com as dimensões religiosa e política que cada candidato articula. Cabe ressaltar ainda que não se busca, aqui, ratificar um “retorno” da religião ao espaço político, mas, sim, as possibilidades de compreender as rearticulações entre dimensões (religiosa e política) que nunca tiveram seu elo definitivamente desconectado, porém, sucessivamente reordenado e ressignificado (Burley, 2001a).

(b) Compreensão e ressignificação das representações pelos jovens vinculados a instituições religiosas

Esta frente de investigação, desenvolvida concomitantemente às atividades anteriormente destacadas,

compreendeu duas etapas. Inicialmente, tendo-se identificado os candidatos que fazem uso dos elementos religiosos como estratégia de campanha, foram selecionadas quatro das instituições religiosas que declararam apoio explícito aos candidatos. Em contato com tais instituições, obteve-se o consentimento para proceder à etapa seguinte, referente à coleta de dados junto aos jovens.

Para a segunda etapa, foi realizada entrevista semiestruturada com 24 jovens de 18 a 24 anos⁵, respeitando-se a proporcionalidade de gênero e a distribuição nas quatro instituições religiosas investigadas. A proposta foi inicialmente apresentada aos jovens, que participaram voluntariamente da pesquisa, garantindo-se o sigilo e o anonimato dos dados coletados. Após consentimento do participante, cada jovem foi entrevistado individualmente, sendo as entrevistas gravadas e armazenadas digitalmente. Com a entrevista, buscou-se identificar os significados que o jovem atribui à religião e à política em sua vida, bem como a compreensão acerca da articulação entre essas duas esferas. Ao mesmo tempo, pretendeu-se explorar de que forma os jovens tomam conhecimento das representações político-religiosas construídas pelos candidatos e as ressignificam, a partir de suas vivências, preocupações e relações interpessoais. As entrevistas, realizadas ao longo dos dois meses que antecederam as eleições, estão em processo de transcrição.

Considerações finais

A partir das pesquisas e discussões realizadas nas últimas décadas, tem-se percebido aos poucos a necessidade de se compreender as vivências da juventude na contemporaneidade, rompendo, dessa forma, com a visão homogeneizante, naturalizante e negativa em geral associada aos jovens, e buscando enfatizar as especificidades e diversidade desses sujeitos. Trata-se de encarar a juventude não apenas como um período de transição, mas como uma etapa da vida que adquire importância em si mesma, o que passa a conferir aos jovens a centralidade e o protagonismo nas pesquisas e nos debates acadêmicos (Sposito, 2003; Dayrell, 2003; Boghossian e Minayo, 2009).

Nesse sentido, entendemos que, ao saber das experiências juvenis, os resultados da investigação possibilitarão um contato com as vivências desses sujeitos, suas preocupações, suas angústias e seus desejos, que permeiam as relações que estabelecem em seu cotidiano nos diferentes espaços que vivenciam. Esse movimento

⁵ De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), são considerados jovens os sujeitos na faixa etária compreendida entre 15 e 24 anos. No Brasil, instituições oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também se fundamentam neste critério, admitindo-se, contudo, variações em função das situações sociais e das experiências dos sujeitos (Sposito, 2003; Freitas, 2005; Oliveira, 2010). Para a presente pesquisa, delimita-se a faixa etária a partir dos 18 anos, idade em que se estabelece, no Brasil, a obrigatoriedade do voto.

e as contribuições da pesquisa tornam-se especialmente relevantes no contexto dos estudos em Educação, na medida em que a literatura sobre juventude vem evidenciando a necessidade de que sejam repensadas as práticas educativas voltadas para as novas gerações, a fim de que se levem em conta as experiências, os significados, as potencialidades, a história de vida, as relações, dentre outros aspectos e dimensões desses sujeitos (Dayrell, 2002). Em uma perspectiva mais abrangente, entendemos que os resultados, ao trazerem uma visão da juventude, poderão servir de base para pensar políticas públicas específicas – vinculadas à participação e ao exercício da cidadania, à educação, à cultura, ao lazer –, que venham atender às demandas desse público.

Os resultados da pesquisa visam contribuir também com a ampliação das discussões acerca das relações entre juventude, religião e política, em vista da escassa literatura a esse respeito, conforme indicado anteriormente (Tavares e Camurça, 2004; Fernandes, 2011). Especificamente quanto às relações entre o campo político e o campo religioso – considerando-se a existência de uma permeabilização de fronteiras entre ambos (Burity, 2001b) –, busca-se, com a investigação, obter uma maior compreensão acerca dos modos como ocorrem os (re)arranjos que permeiam as lógicas das relações de poder entre as instituições e os agentes envolvidos. Entende-se que as esferas política e religiosa exercem importantes influências no processo de constituição das identidades dos sujeitos jovens e, desse modo, os resultados da pesquisa permitirão um olhar sobre as representações político-religiosas produzidas na/pela intersecção da política e da religião, e de que modo tais representações influenciam e/ou são ressignificadas pelos jovens vinculados às instituições religiosas.

Referências

- ABRAMO, H. 1997. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 5(6):25-36.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. 1994. *Investigação qualitativa em educação*. Porto, Porto Editora, 336 p.
- BOGHOSSIAN, C.; MINAYO, M.C. 2009. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e Sociedade*, 18(3):411-423.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000300006>
- BURITY, J. 2001a. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Revista de Estudos de Religião*, 4:27-45.
- BURITY, J. 2001b. Religião e Cultura Cívica: onde os caminhos se cruzam? *Revista Política Hoje*, 7(11):199-234.
- BURITY, J. 2008. Religião, política e cultura. *Revista Tempo Social*, 20(2):83-113.
- BURITY, J. 2011. *Fé na revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961-1964)*. Rio de Janeiro, Novos Diálogos, 256 p.
- CAMPOS, L.S. 2010. O projeto político de “Governo do justo”: os recuos e avanços dos evangélicos nas eleições de 2006 e 2010 para a Câmara Federal. *Debates do NER*, 2(18):40-52.
- CAMURÇA, M.A. 2008. *Ciências Sociais e Ciências da Religião: polêmicas e interlocuções*. São Paulo, Paulinas, 147 p.
- CAMURÇA, M.A.; MARIZ, C.L.; CARRANZA, B. (orgs.). 2009. *Novas Comunidades Católicas: em busca do espaço pós-moderno*. Aparecida, Ideias & Letras, 288 p.
- DAYRELL, J. 2002. O rap e o funk na socialização da juventude. *Educação e Pesquisa*, 28(1):117-136.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022002000100009>
- DAYRELL, J. 2003. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, 24:40-52.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>
- FERNANDES, S.R. 2007. Adesão religiosa no segmento juvenil: apolitização ou reinvenção da política? *Revista da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*, 29(2):152-165.
- FERNANDES, S.R. 2011. Marcos definidores da condição juvenil para católicos e pentecostais da Baixada Fluminense: algumas proposições a partir de um survey. *Religião e Sociedade*, 31:96-125.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872011000100005>
- FREITAS, M.V. (org.). 2005. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo, Ação Educativa, 40 p.
- FRESTON, P. 2005. The Universal Church of the Kingdom of God: A Brazilian Church Finds Success in Southern Africa. *Journal of Religion in Africa*, 35:33-65.
<http://dx.doi.org/10.1163/1570066052995816>
- HAMMES, L.J. 2005. *Aprendizados de convivência e a formação de capital social: um estudo sobre grupos juvenis*. São Leopoldo, RS. Tese de Doutoramento. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 205 p.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. 1986. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, E.P.U., 99 p.
- MACHADO, M.D. 2006. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro, FGV, 179 p.
- MARIANO, R. 2005. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo, Edições Loyola, 248 p.
- MARIANO, R. 2009. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: H. SANTOS, *Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea*. Porto Alegre, EDIPUCRS, p. 112-138.
- MINAYO, M.C. (coord.). 1999. *Fala, galera: juventude, violência e cidadania*. Rio de Janeiro, Garamond, 238 p.
- MÜXEL, A. 1997. Jovens dos anos novos: à procura de uma política sem “rótulos”. *Revista Brasileira de Educação*, 5(6):151-166.
- NERI, M.C.; MELO, L.C.C. 2011. Novo mapa das religiões. *Horizontes*, 9(23):637-673.
- NOVAES, R. 1994. Religião e política: sincrétismo entre alunos de Ciências Sociais. *Comunicações do ISER*, 45:62-74.
- NOVAES, R. 2001. Juventude e religião: marcos geracionais e novas modalidades sincréticas. In: P. SANCHIS (org.), *Fiéis e cidadãos: percursos de sincrétismo no Brasil*. Rio de Janeiro, EDUERJ, p. 181-207.
- OLIVEIRA, W.C. 2010. Juventude e religião no século XXI: a crise dos compromissos religiosos. *Revista Vox Faifae*, 2(1):1-26.
- ORO, A.P. 2001. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre. *Debates do NER*, 2(3):9-70.
- PERALVA, A.T.; SPOSITO, M. 1997. Editorial. *Revista Brasileira de Educação*, 5(6):3-4.
- PEREZ, L.F.; OLIVEIRA, L.; ASSIS, M. 2004. Religião, valores morais e política entre a juventude mineira do Polo Capital:

- observações preliminares. *Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião*, 7(1):47-61.
- SPOSITO, M. 2003. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo, Ação Educativa, 38 p.
- SPOSITO, M.P.; BRENNER, A.K.; MORAES, F.F. 2009. Estudos sobre jovens na interface com a política. In: M. SPOSITO (coord.), *O estado da arte sobre juventude na Pós-Graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. *Argumentum*, 2:175-211.
- STEIL, C.; ALVES, D.; HERRERA, S. 2001. Religião e política entre os alunos de Ciências Sociais. *Debates do NER*, 2:9-35.
- TAVARES, F.R.G.; CAMURÇA, M.A. 2004. "Juventudes" e religião no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião*, 7(1):11-46.
- TRIVIÑOS, A. 1987. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 175 p.
- VALLES, M. 1999. *Técnicas cualitativas de investigación social: reflexión metodológica y práctica profesional*. Barcelona, Editorial Síntesis Sociología, 334 p.

Submetido: 03/12/2012

Aceito: 03/04/2013

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro
Universidade Estadual do Paraná
Campus de Campo Mourão
Av. Comendador Norberto Marcondes, 733
87303-100, Campo Mourão, PR, Brasil

Frank Antonio Mezzomo
Universidade Estadual do Paraná
Campus de Campo Mourão
Av. Comendador Norberto Marcondes, 733
87303-100, Campo Mourão, PR, Brasil